

Infância, modernidade e mudança

Manuel Jacinto Sarmento

Professor associado com agregação Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho

Resumo

O estudo da infância obriga a que se efectue uma diferenciação entre a infância enquanto grupo social com características específicas e a existência ou não de afeição pelas crianças. Ao recuarmos até à Idade Média, verificamos que o rapazinho era visto como um homem em miniatura e a menina devia comportar-se como uma mulherzinha. Mais do que a idade, eram o género e o *status* que definiam o que esperar. Pode dizer-se, então, que a existência de um grupo social chamado «infância» se exprime pelo estatuto social que lhe é atribuído, e pelo valor atribuído à criança, factor que se exprime, por exemplo, pela criação da instituição escola. Mas, os paradoxos não acabam aqui. Esta maior importância atribuída à criança, não é, muitas vezes, acompanhada de um maior entendimento dos seus próprios comportamentos enquanto crianças. O que se tem vindo a verificar, até hoje, é a existência de aspectos que revelam sinais de uma construção social lenta, a caminho de uma realidade nova, de acordo com alterações das condições de vida e das mentalidades.

Abstract

The study of childhood explores the difference between childhood (as a social group with specific characteristics) and the existence or not of affection for children. Travelling back to the middle ages a little boy was seen as a man in miniature and a little girl was expected to behave like a little woman. More than the age was the type and status that defined what was expected. We can say then that the existence of a social group called «childhood» is defined by the social status that is given and by the value given to the child. This can be demonstrated by the creation of the school institution. But the paradoxes do not end here. This greater importance given to the child isn't many times accompanied by a greater understanding of its behaviours. What has been verified until today is the existence of aspects that reveal signs of a slow social construction, a journey to a new reality, which is linked to the changes in the conditions of life and mentalities.

Palavras-chave: categoria geracional, status, socialização vs institucionalização, privar, mudança.

Keywords: *generational category, status, socialisation vs institutionalisation, deprive, change.*

as mudanças sociais que ocorrem actualmente têm consequências e efeitos diferenciados entre as várias gerações. A infância, enquanto categoria social geracional, sofre essas consequências de um modo particular. Este texto procura analisar essas consequências, de forma breve. Importa considerar que se a infância, considerada globalmente, é afectada pelas mudanças sociais, as crianças, como seres concretos, são elas próprias, entre si, diferenciadamente afectadas, em função da sua pertença às classes populares, às classes médias ou à classe dominante, ou ao facto de ser menino ou menina, viver nos países ricos ou nos países em desenvolvimento, ser branca, negra, amarela, etc., pertencer a um universo cultural de dominância religiosa cristã, muçulmana, hindu ou budista, etc.

As mudanças implicam recomposições sociais a vários níveis e em distintas esferas e é no quadro de um pensamento complexo que se pode dar conta dos seus efeitos sincrónicos, que se estabelecem frequentemente de modo distinto e assimétrico. Por exemplo, a infância é o grupo geracional mais afectado pela pobreza - o que quer dizer que há, percentualmente, mais crianças pobres do que adultos ou pessoas idosas em situação de privação - o crescimento da pobreza infantil tem-se acentuado e, ao mesmo tempo, alargam-se as distâncias entre os mais pobres e os mais ricos (ver sobre isto, por exemplo, o relatório do Presidente da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, sobre a situação da infância mundial, apresentado em 2002 à Conferência Mundial da ONU sobre a situação da infância e intitulado "*We the Children. Meeting the Promises of the World Summit for Children*"). No entanto, há crianças pobres e crianças ricas. Quer esta desigualdade, quer aquele efeito geracional global, têm consequências que devem ser avaliados conjugadamente.

A época de profundas convulsões sociais que atravessamos - cujos indicadores mais expressivos no presente são o incremento dos terrorismos (do fundamentalismo religioso e do belicismo de

superpotência), das desigualdades sociais, por efeito da liberalização dos mercados e do domínio das potências económicas, e da cultura hegemónica, disseminada pelos *media* e pelas tecnologias de informação e comunicação - constitui uma efectiva mudança no curso da história. O sentido, o âmbito e o alcance dessa mudança é objecto de intensa controvérsia no domínio das ciências sociais. Aceitando como válida a proposição do sociólogo alemão Ulrich Beck (1992), consideramos que o que se encontra em causa é o desenvolvimento de um ciclo histórico, que potencia, radicaliza e transforma as condições da modernidade, iniciada com as grandes revoluções democráticas do século XVIII, o desenvolvimento do pensamento racionalista e o enraizamento do capitalismo. Esta 2ª *modernidade* caracteriza-se por um conjunto associado e complexo de rupturas sociais. As rupturas também incidem sobre a condição social da infância, enquanto categoria geracional, tal como ela foi instituída pela 1ª modernidade, isto é, a infância sofre um processo de reinstitucionalização (Sarmiento, 2004), dado que as transformações na estrutura social têm consequência directa nos diversos factores que conduziram à institucionalização da infância. Importa aqui dizer que o conceito de institucionalização está a ser usado, neste contexto, com o sentido sociológico de configuração normativa e simbólica de uma dada realidade social (e não com o sentido corrente de integração em instituições públicas ou privadas de atendimento e guarda de crianças). Podemos relembrar os factores de institucionalização da infância moderna:

- A criação de instâncias públicas de socialização, especialmente através da institucionalização da escola pública e da sua expansão como escola de massas. A escola configura o "ofício de aluno" como componente essencial do "ofício de criança" - utilizamos aqui expressões que foram consagradas nas obras de Regine Sirota (1993) e de P. Perrenoud (1995), entre outros - através do cometimento de exigências e deveres de aprendizagem, que são

também modos de inculcação de uma epistemologia, de um saber homogeneizado, de uma ética do esforço e de uma disciplina mental e corporal, inerentes à cultura escolar e ao saber dominante.

- A família nuclear, com origem nas sociedades urbanas do dealbar do capitalismo, reconstituiu-se através do centramento na prestação de cuidados de protecção e estímulo ao desenvolvimento da criança, que se torna, por esse efeito, o núcleo de convergência das relações afectivas no seio familiar e centro das preocupações parentais onde convergem todas as esperanças (é sobretudo por isto que se utiliza por vezes a expressão de “Criança-Rei” para dar conta desta centralidade).

- A formação de um conjunto de saberes sobre a criança, a partir, sobretudo, de disciplinas como as Ciências Médicas, a Psicologia, a Pedopsiquiatria e a Pedagogia, que definem o que é “normal” nos padrões de desenvolvimento intelectual, fisiológico e até moral, com conseqüente adopção de procedimentos de inculcação comportamental, disciplinar e normativa. Esta “reflexividade institucional” sobre a criança contamina todos os aspectos da vida das crianças, tendo implicações nos cuidados familiares e nas práticas técnicas nas instituições e organizações onde estão crianças

- A adopção de uma administração simbólica da infância, através da definição de normas, atitudes procedimentais e prescrições nem sempre tomadas expressamente por escrito ou formalizadas, mas que condicionam e constroem a vida das crianças na sociedade: permissão ou proibição da frequência de certos lugares, tipo de alimentação, leituras recomendadas, etc. horas de admissibilidade ou de recusa de participação na vida colectiva. Em particular, avulta a definição de áreas de reserva para os adultos: a produção e o consumo; o espaço-cultural erudito; a acção cívico-política. É importante sublinhar que esta restrição não se verifica(va) quer nas sociedades pré-modernas quer nas sociedades que escaparam ao padrão normativo ocidental dominante.

A reinstitucionalização da infância é contemporânea

daquilo que o sociólogo francês François Dubet (2002) designa por “declínio do programa institucional”, isto é, ruptura e crise no modo de funcionamento das instituições e sua substituição por modos de dominação social mais difusos (ainda que não menos poderosos), nomeadamente através dos *media* e do condicionamento de comportamentos individuais, ainda que sob a forma de um individualismo que é convergente com a regulação colectiva.

Podemos conferir o que ocorre, contemporaneamente, face a em cada um dos factores de institucionalização atrás referidos. Assim:

- A escola torna-se, cada vez mais acentuadamente, o palco das trocas e disputas culturais. A multiculturalidade contemporânea não se faz sem a disputa das instâncias que procuram estabilizar princípios de justificação educacional. Esta escola da 2ª modernidade, de massas, heterogênea e multicultural, radicalizou o choque cultural entre a cultura escolar e as diversas culturas familiares de origem dos alunos de proveniência social e étnica diferenciadas, o que repercuta na “turbulência” dos contextos organizacionais de acção educativa e em indicadores de insucesso escolar. A resposta hegemónica a esta “crise” tem recaído no programa neo-liberal que postula a liberalização e empresarialização da acção educativa a par da concepção neo-conservadora do “regresso” a uma escola autoritária, selectiva e segregadora. Como resistência a este programa, as correntes que preconizam a defesa da educação como um direito social alargado sustentam diferentes movimentos pedagógicos que procuram dar um sentido à actividade educativa, com vista a promover a emancipação das classes populares e a fazer da educação um instrumento do devir social. É importante, entretanto, sublinhar dois factos fundamentais: primeiro, o de que a escola continua sendo para muitas crianças do mundo (mais de 120 milhões) ainda uma promessa da modernidade por realizar; segundo, o de que a escola pública é o espaço complexo, sim, mas insubstituível, de acesso das crianças às múltiplas linguagens que ajudam a

configurar o sentido do mundo, isto é, a estruturar projectos de vida de inserção social plena.

- A família tem vindo a sofrer transformações estruturais crescentes. Essas transformações exprimem-se no aumento da monoparentalidade, no crescimento do número das famílias reestruturadas, no incremento do número de lares sem crianças, especialmente nos países do Norte e Centro da Europa, e ainda no aumento do número de crianças investidas de funções reguladoras do espaço doméstico. As transformações na estrutura familiar põem a descoberto o carácter mítico de algumas teses do senso-comum que vêm no núcleo familiar o espaço apromissivo e “natural” de protecção e promoção do desenvolvimento das crianças. Com efeito, este é um lugar problemático e crítico, onde tanto se encontra o afecto como a disfuncionalidade, o acolhimento como o mau-trato. Deste modo, a transformação familiar convida a que a família seja pensada como instituição social em mudança, sendo como tal construída e estruturada, e não como uma entidade natural, imune ao *pathos* da vida social.

- O sistema de reflexividade institucional sobre a criança cresceu exponencialmente e complexificou-se, sendo inerente à pulverização enciclopédica dos saberes radicalizada pela modernidade, produzindo não apenas múltiplas teorias, frequentemente contraditórias (o campo da Educação da Infância é disso um exemplo flagrante, com o debate entre os modelos de prescrição da “qualidade” e os modelos participativos e contextualizados, por exemplo), como, sobretudo, ele originou uma poderosa indústria de serviços para crianças (educacionais, de tempos livres, ginno-desportivos, informáticos, ambientais, alimentares, sanitários, para festas e comemorações, para as múltiplas e crescentes formas identificadas de “diferença” psico-sensório-motor, etc.) que só tem paralelo na crescente invasão dos quotidianos infantis de todo o mundo pela poderosa indústria de produtos para a infância (brinquedos, jogos, roupas, alimentos, guloseimas, material escolar, acessórios, mobiliário, etc.). O saber transmutou-se

em tecnologia e esta em mercadoria disponível sob a forma de um serviço adquirível no mercado ou um produto para consumo.

- A administração simbólica da infância desenvolveu-se e potenciou-se sob uma forma contraditória: por um lado, refinaram-se os procedimentos de controlo, e esta complexificou-se sob o modo de indução de comportamentos convergentes das crianças, com instauração de uma nova “norma” da infância sobretudo disseminada através do mercado de serviços e produtos atrás referenciado (e fortemente potenciado pelos *media*) - de tal modo que se pode falar de uma “infância global”; por outro lado, vem crescendo a afirmação dos direitos da criança, quer sob uma forma legal, nomeadamente através da consagração da Convenção dos Direitos da Criança, quer, de modo muito mais impressivo, através de um movimento cosmopolita e alterglobalização, assente em múltiplas organizações não governamentais propulsores de uma ideia renovada de cidadania da infância, isto é, de uma efectiva afirmação do protagonismo, da autonomia e da capacidade participativa das crianças na sociedade.

Em suma, na 2ª modernidade as condições estruturais da infância caracterizam-se pela afirmação radicalizada dos paradoxos instituintes da infância. As instituições que ajudaram a construir a infância moderna sofrem processos de mudança, que, por seu turno, promovem a reinstitucionalização da infância. Tal como as crianças que inventam criativamente no quotidiano os seus mundos de vida, também as condições sociais de existência são profundamente renovadas como se tudo começasse de novo. Porém, o presente onde se reinventa o futuro transporta as marcas pesadas do passado. E este é o da sonegação da cidadania às crianças, da subordinação a formas mais duras ou mais subtis de dominação patriarcal e paternalista, da definição das crianças como seres imperfeitos, incompletos, imaturos, “menores”. Porém, apesar de todos os progressos, não são hoje mais fáceis as condições de existência das crianças,

são mais complexas; não é maior a autonomia que lhes é atribuída, é mais dissimulado o controlo que sobre elas é exercido; não é mais seguro o caminho do desenvolvimento, são mais inquietantes e turbulentos os contextos de existência; não são mais igualitárias as oportunidades de vida, são até perversamente mais desigualitárias; não é mais claro o sentido das relações intergeracionais, ele é mais alargadamente jogado entre a horizontalidade de um respeito atento às diferenças e a assimetria de poderes de participação e decisão colectiva.

Neste processo de mudança social que é também o da alteração complexificante das condições de existência das crianças, elas não permanecem passivas, antes acrescentam elementos novos e distintos aos seus comportamentos e culturas. Não é um paradoxo menor que as crianças permaneçam, ante toda a pressão uniformizadora, radicalmente distintas na alteridade que as constitui (Sarmiento, 2005) como seres continuamente instigantes dos modos “adultos” de compreender e gerir a sociedade, e, por isso mesmo, como actores activos na inauguração de gostos, sentidos e possibilidades para a existência humana: “Essa criança que se desdobra caminha através de um sombrio milagre. O sangue bate nela como o perfume dentro do rigor dos cravos” (Herberto Hélder).

Bibliografia

- BECK, Ulrich (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London. Sage
- DUBET, François (2002). *Le Déclin de L’Institution*. Paris: Seuil
- PERRENOUD, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto. Porto Editora (trad. port.; ed. original, 1994)
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2004). “As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade”, In M. J. Sarmiento e A. B. Cerisara (Org), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação*. Porto. Asa
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2005). Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação & Sociedade*. (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES- Brasil, Vol. 26, nº 91: 361-378
- SIROTA, Regine (1993). Le Métier d’Élève. *Revue Française de Pédagogie*, 104